

07  
NOV  
2014

# 4º FÓRUM

EMPRESARIAL REGIÃO DE AVEIRO

PORTUGAL 2020  
E OS DESAFIOS  
DAS PME



CINETEATRO  
ALBA  
ALBERGARIA-A-VELHA

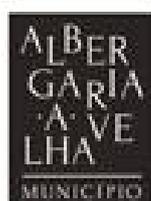
N 40° 41' 26,286"  
W 8° 28' 41,454"

**AIDA**  
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL  
DO DISTRITO DE AVEIRO



*Presidência do Distrito*

PARCEROS



PARCEROS

onir



Banco BIC

TopAtlântico



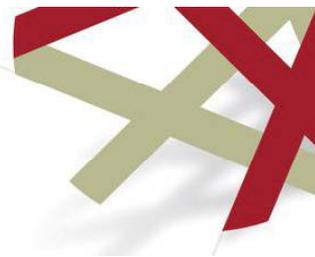
INCOGRAF

PARCEROS NACIONAIS



PARCEROS ASSOCIADOS





## 4.º FÓRUM EMPRESARIAL DA REGIÃO DE AVEIRO REUNIU MAIS DE QUATRO CENTENAS DE EMPRESÁRIOS

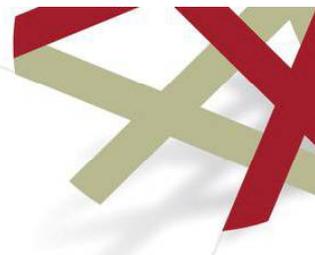
A 4ª edição do Fórum Empresarial da Região de Aveiro aconteceu a 7 de Novembro de 2014, no Cineteatro Alba, em Albergaria-a-Velha.



O evento promovido pela AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro, em parceria com a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, contou com o Alto Patrocínio do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Perante uma plateia de 452 empresários, representantes institucionais e dirigentes associativos, foram abordadas questões essenciais para as empresas da Região de Aveiro, tendo sido dado especial enfoque ao tema da iniciativa "Portugal 2020 e os desafios das PME", salientando-se igualmente as potencialidades da Região de Aveiro.





**António Loureiro e Santos**, Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, afirmou que o município a que preside aspira ser uma peça activa na defesa dos empresários e na criação de condições, que permitam aos mesmos vencer os desafios ao longo dos próximos anos.

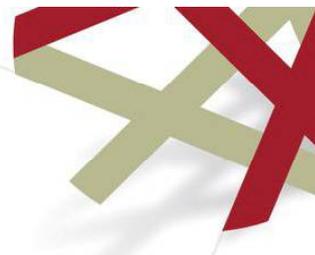


*António Loureiro e Santos*



Salientou o facto de Albergaria-a-Velha ser um território de desenvolvimento industrial por excelência, dotada de inúmeras empresas inovadoras, e em forte crescimento, referindo que as mais de 2500 empresas albergarienses são responsáveis por um volume de negócios que ronda os 1000 milhões de euros e, em conjunto, exportam mais do que importam, apresentando uma taxa de cobertura das exportações sobre as importações de 140%.





O chefe do executivo Albergariense salientou também a aposta do município na criação de um serviço específico dedicado ao apoio aos empresários e à promoção do empreendedorismo, a existência de um sistema de incentivos e de apoio à criação do próprio negócio, acrescido da requalificação da incubadora de empresas, assim como a revisão do PDM, que inclui o aumento da área da Zona Industrial.

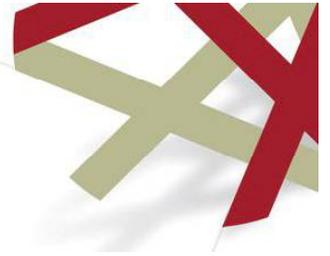


Segundo **Fernando Paiva de Castro**, Presidente da Direcção da AIDA, o mote do 4º Fórum Empresarial é da máxima importância considerando que “estamos a iniciar um novo Quadro Comunitário de Apoio e é imperioso que os agentes económicos que com ele vão lidar, seja enquanto beneficiários seja enquanto gestores e intermediários, se articulem”.



*Fernando Paiva de Castro*





Salientou o facto dos incentivos disponíveis terem vindo a decrescer, os critérios de atribuição serem, por consequência, cada vez mais rigorosos e como tal a racionalidade na sua atribuição assumir grande importância. Sublinhou contudo que essa racionalidade exige conhecimento profundo das empresas e dos contextos em que laboram.



Fernando Castro criticou a ainda incompleta informação relativa ao Portugal 2020, bem como a indefinição das regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural publicadas em Diário da República a 27 de Outubro, salientando a importância de prever, neste novo quadro de apoio e à semelhança do que ocorria com o PEDIP, retroactividade e a necessidade de transparência na análise dos projectos.

Segundo o Presidente da AIDA "Os empresários não temem o risco, temem isso sim o desconhecido."





Já o Presidente da AICEP, **Miguel Frasquilho**, afirmou que após o programa de assistência Portugal recuperou a credibilidade externa, tendo-se verificado uma evolução nas taxas de juro, assim como progressos assinaláveis nas contas públicas, com a despesa pública a descer e encontrando-se já asseguradas as necessidades de financiamento para 2014 e para alguns meses de 2015.

Segundo o mesmo, as contas públicas estão numa trajectória de correção “estima-se que no final de 2014, face a 2010, a despesa pública total e a despesa pública primária tenham descido 2.4 e 4.5 p.p. do PIB, respectivamente; o saldo orçamental estrutural, conceito determinante no Tratado Orçamental Europeu, seja melhorado em 6.8 p.p. do PIB”.

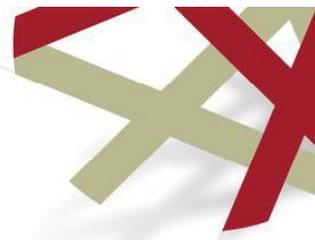


Miguel Frasquilho



Referiu, igualmente, que desde o início do Programa, e incluindo as ações prévias, foram implementadas cerca de 500 medidas em áreas relacionadas com a regulação e supervisão do sector financeiro, gestão orçamental pública, saúde, mercado de trabalho, educação, bens e serviços e arrendamento, política fiscal, justiça e concorrência.





De acordo com o Governo a implementação do programa de privatizações foi um sucesso tendo gerado receitas de EUR 8.8 mil milhões (acima das estimativas iniciais que apontavam para EUR 5 mil milhões).

Portugal tem vindo a melhorar a sua classificação no indicador da OCDE relativo à Regulação do Mercado de Produtos sendo, actualmente, a sétima economia menos restrita da UE-28.

Em termos de legislação laboral verificou-se uma aproximação à média da ODCE. Portugal subiu 15 posições no ranking de competitividade World Economic Fórum, estando actualmente na 36ª posição.

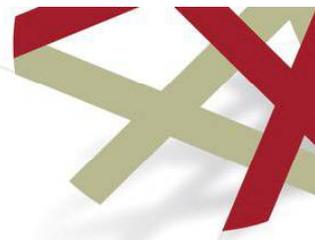
“A avaliação do Banco Mundial coloca Portugal entre os 25 países com ambiente mais favorável aos negócios”, nas palavras do Presidente da AICEP.

O número de empresas exportadoras tem vindo a aumentar de forma sustentada e mais diversificada apostando na abertura a novos mercados, com um aumento das exportações para fora de Europa. Segundo o Presidente da AICEP “O mundo tem de ser o nosso mercado”.



Afirmou ainda que a reforma do IRC é das alterações mais bem recebidas por parte dos investidores estrangeiros, com o novo Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo Governo a 18 de Setembro.

Miguel Frasquilho terminou a sua intervenção afirmando que “Este é o tempo certo para investir em Portugal e é também o tempo certo para as empresas portuguesas apostarem na internacionalização”.



No **Primeiro Painel**, subordinado ao tema **“Desafios para as PME’s”**, o moderador **Pedro Santos Guerreiro**, Director Executivo do Expresso, lançou ao leque de oradores diversas questões atinentes, nomeadamente às oportunidades e desafios para as PME, à criação da nova instituição bancaria, à insuficiente cooperação empresarial e à qualificação dos recursos humanos.



*Pedro Santos Guerreiro*



Na opinião de **António Saraiva**, Presidente da Confederação Empresarial de Portugal, a resiliência demonstrada pelos actuais empresários é o garante de que Portugal está melhor preparado para os futuros desafios, devendo todavia continuar com a aposta na inovação e na internacionalização – estratégia já implementada em grande parte das empresas.

Contudo, segundo o mesmo, os futuros desafios para as empresas passam por procurar melhorar três áreas, são elas o financiamento, a inovação e a internacionalização, sendo também importante e premente a procura de novos mercados, realizando parcerias e agregando competências para o desenvolvimento de novos projectos de inovação.



*António Saraiva*





“É necessário acrescentar valor nos produtos já existentes, valorizar com inovação na Gestão, nos métodos de trabalho, nos produtos, na cadeia de comercialização em tudo o que conseguirmos para nos diferenciarmos da concorrência, que cada vez é mais feroz.”



“São necessários programas de recapitalização das empresas, novos mecanismos têm que ser encontrados”.



No que concerne à banca tradicional o presidente da CIP entende que o facto de a mesma ter regras cada vez mais restritivas e apertadas impossibilita que o crédito seja atribuído às empresas que mais necessitam de financiamento, realidade que não deveria acontecer. Assim sendo, a Instituição Financeira de Desenvolvimento (conhecido por Banco do Fomento) apresentar-se-á como uma das ferramentas ao dispor das PME para obter o capital necessário para o seu financiamento.



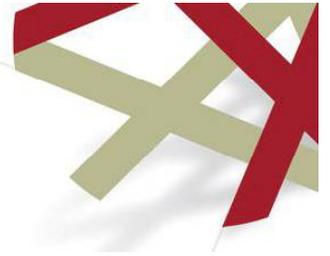
Mira Amaral



Na opinião de **Mira Amaral**, Presidente Executivo do Banco BIC Português, o tecido empresarial encontra-se hoje melhor preparado mas as pequenas empresas têm de desenvolver esforços para se tornarem maiores e as maiores para se tornarem melhores.



Ressalvou contudo o problema da excessiva carga fiscal imposta pelo Governo, factor dificultador da gestão diária das empresas e um dos motivos da contração do consumo interno, defendendo a melhoria das condições de financiamento para as empresas que possibilite, designadamente, a internacionalização das mesmas.



“Portugal sempre foi um país exportador. Agora é necessário estarmos fisicamente nos mercados emergentes para garantir a sua continuidade”, afirmou.



No entendimento de Mira Amaral, existem muitas empresas em Portugal que já se encontram numa segunda fase da internacionalização, ou seja, na aposta em trabalhar em parceria, em investir nos países para os quais já exportam.

No que concerne à situação do financiamento bancário, e segundo o presidente executivo do banco BIC, “A banca comercial tem liquidez suficiente, pelo que tem algum receio que o Banco do Fomento não funcione”, acrescentando que a CGD poderia desempenhar as funções desta nova instituição bancária.

Afirmou que o Governo deveria criar políticas estimuladoras para que as empresas possam aumentar os seus capitais próprios.



Já relativamente à qualificação dos Recursos Humanos, defendeu a necessidade de retomar o ensino técnico profissional, o ensino dual, sublinhando a urgência da necessidade das PME terem recursos humanos com uma forte formação prática.



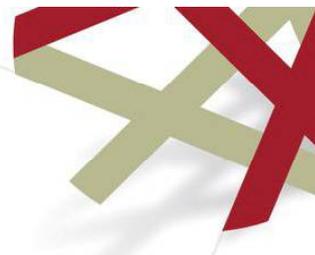
**Francisco Almeida Leite**, Administrador Executivo da SOFID, à semelhança do restante painel, defendeu a necessidade de financiamento para as PME poderem apostar não só no mercado interno mas também em novos mercados, reiterando que “Algumas das nossas PME estão numa encruzilhada que têm rapidamente de superar, pelo que necessitam de financiamento/investimento e não o conseguem obter”.



*Francisco Almeida Leite*



Para o administrador da SOFID, o Banco de Fomento, criado pelo Governo, será um banco receptor de fundos comunitários, com o propósito de ajudar as empresas a financiarem-se, uma vez que permitirá à Banca Comercial estar mais capitalizada e a repartir o risco do investimento. “O banco tem um capital de 100 000 000€”, afirmou. Segundo o mesmo, o Banco de Fomento pode financiar projectos (internos ou de internacionalização) até 2,5 milhões de euros.

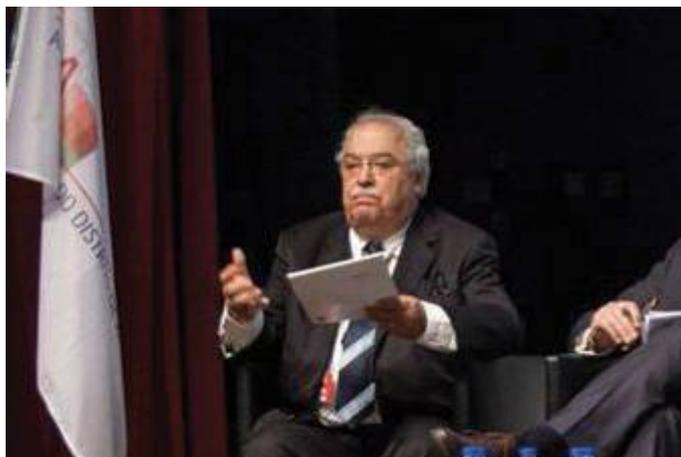


Aludiu ainda ao facto de existirem muitas empresas que ainda não recorreram aos fundos europeus devido à necessidade de cooperar ou formar consórcio/parceria com outras empresas, acrescentando a dificuldade adveniente de terem necessidade de se deslocar a Bruxelas para negociações.

“É necessário envolvimento das empresas e é um processo difícil, pelo que preferem ir à Banca Comercial, pedir empréstimo e pagar taxas de juro elevadas”.

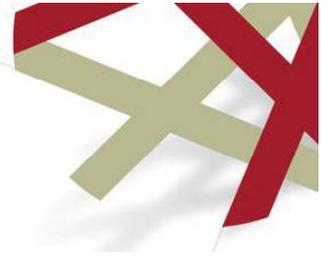


*Flausino Silva*



O único empresário deste painel, **Flausino Silva**, Administrador do grupo DURIT, optimista por natureza, apelou à valorização dos recursos humanos, capital mais importante que uma empresa possui.

Na opinião deste empresário, “Os empresários podem ser excelentes rodeando-se de excelentes recursos humanos, estejam eles já integrados na própria empresa ou contratando especialistas nas diversas matérias”.

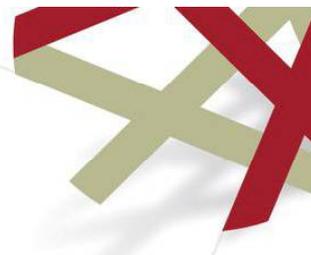


No seu entendimento as empresas têm de melhorar a gestão, o planeamento, o desenvolvimento e a inovação, ou seja, devem ser inovadoras nestes processos internos, apostando igualmente no trabalho em parceria e cooperação para que possam, também, iniciar o processo de internacionalização.

“Temos que ultrapassar o limite do nosso individualismo e começarmos a cooperar mais, criando sinergias complementares”, apelou.



“Temos de aprender a gerir de forma eficaz e eficiente – Fazer bem o que sabemos fazer!”.

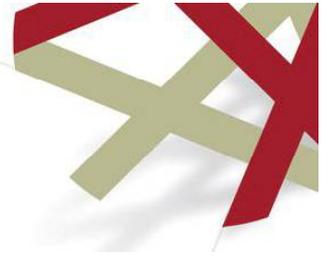


Flausino Silva lembrou que, em regra, as empresas possuem capitais próprios deficitários pelo que é necessário recapitalizar cuidadosamente as empresas que ainda são viáveis.

Já relativamente à dificuldade no financiamento considera que o risco deve ser igualmente repartido entre as empresas e a banca.



O painel da manhã terminou com **António Pires de Lima**, Ministro da Economia, que afirmou a necessidade de “puxar pelo Portugal positivo”, sublinhando a relevância do distrito de Aveiro que ocupa o 3º lugar em termos de produção nacional e representa cerca de 12% das exportações



António Pires de Lima



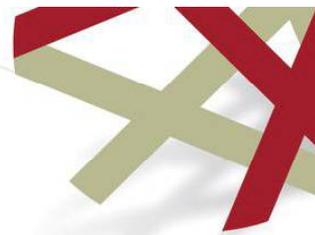
Na opinião do Ministro da Economia, seria óptimo que a cultura empresarial de Aveiro existisse em todo o país.

Relativamente à taxa de desemprego anunciou que nos últimos 12 meses foram criados 100.000 postos de trabalho líquidos, e apesar da taxa de desemprego actual ser de 13,1% é bastante melhor do que os 17,7% verificados há um ano e nove meses.



Pires de Lima agradeceu ao distrito, aos empresários e à AIDA o relevante papel “na batalha que tem sido travada em prol do lado positivo da economia”, referindo que as empresas de Aveiro têm tido um papel fundamental para a competitividade da região.

Sublinhou, ainda, a recuperação de Portugal nos índices de competitividade internacional, tendo sido Portugal considerado pelo Banco Mundial como o país mais competitivo da Europa do Sul, ao que acresce o facto do posicionamento das escolas superiores de gestão a ocuparem a 4ª posição na classificação mundial.



Em termos de infraestruturas portuárias, ferroviária e aeroportos Portugal, lembrou que a Região se encontra no top 20, estando ainda Portugal no início do Plano Estratégico de Transportes - PET.

Pires de Lima sublinhou a importância do triplo pacote de atracção do investimento, em que o Acordo de Parceria 2014/2020 possibilitará a entrada de 9.5 mil milhões€ para a competitividade e internacionalização das PME, representando mais de 20% do que a verba disponível no quadro anterior. Aproveitou para informar que as candidaturas irão abrir ainda durante o mês de Novembro.



Dando conta das medidas que o Governo tem vindo a implementar, Pires de Lima referiu que será dada continuidade à Reforma do IRC, acreditando que a mesma tornará Portugal um país mais apelativo.

Aludiu, ainda, ao já aprovado Novo Código Fiscal do Investimento, que estabelece um novo limite de crédito fiscal até 25% do investimento (em substituição dos 20% anteriores), em que os critérios passam a ser nomeadamente a capacidade de inovação, criação de emprego e zona geográfica. Com este pacote o Governo pretende "ajudar" a acelerar decisões de investimento."

Pires de Lima anunciou que a IFD- Instituição de Desenvolvimento Regional (mais conhecida por Banco de Fomento), tem arranque previsto em Novembro de 2014, terá uma vocação financeira grossista, e irá funcionar em parceria com a banca comercial e com as entidades que gerem os instrumentos de capitalização. Os incentivos reembolsáveis do novo Quadro Comunitário de apoio serão geridos pelo IFD.



Nas palavras do Ministro da Economia, outro desafio a encarar é o modelo de financiamento das empresas – “Pretende-se que se estimulem novos instrumentos para as PME, designadamente obrigações, para ajudar a equilibrar a estrutura de capitais próprios.” Segundo Pires de Lima “Portugal é um país Campeão – Venceu o Desafio”.





Após a intervenção do primeiro painel, houve lugar à **entrega do prémio** por parte do Presidente em funções do CER Aveiro (Conselho Empresarial da Região de Aveiro), Fernando Paiva de Castro, à designer vencedora do **concurso para criação do logotipo do CER Aveiro – Conselho Empresarial da Região de Aveiro, Ana Lopes.**

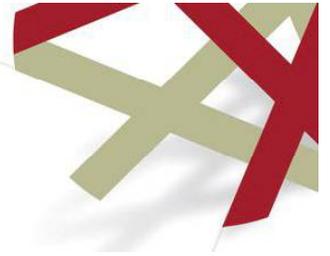


Os trabalhos no **Segundo Painel** com a temática do **“Portugal 2020 e a Competitividade da Região”** tiveram como moderador **Francisco Ferreira da Silva, Director do Diário Económico**, lançou ao leque de oradores diversas questões atinentes, nomeadamente à importância do trabalho em rede entre empresas e entidades de ensino.



Francisco Ferreira da Silva





O painel iniciou com **Manuel Castro Almeida**, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, profundo conhecedor da região, que começou por referir que a competitividade das PME será a grande prioridade nos próximos anos na utilização dos fundos europeus, razão pela qual serão menores os recursos a afectar ao investimento público e maiores para o investimento privado.



Manuel Castro Almeida



Segundo o mesmo, o programa da Competitividade irá absorver mais de 40% dos fundos europeus - "Serão 6.200.000€ só para as PME".

Explicando a tipologia de apoios, esclareceu que terão o formato reembolsável e não reembolsável sendo, neste último, considerados os investimentos nomeadamente e estudos de mercado, promoção internacional, prospecção de mercados, inovação organizacional, reforço das capacidades de gestão, economia digital, custos com patentes e certificações, alterações de métodos e processos produtivos, áreas de investigação – criação de núcleos de investigação.

Entendem-se de carácter reembolsável os apoios referentes a equipamentos produtivos, novos métodos de fabrico, logística, novas empresas e densidade tecnológica.

Afirmou, ainda, que a transferência de conhecimento dos Centros de Saber/ Universidades para as Empresas será outra área também a apostar.



Já relativamente à Instituição Financeira de Desenvolvimento, que é como se irá chamar o Banco de Fomento já foi criado, informou que servirá para ajudar as empresas a se financiarem porque irá partilhar o risco com a Banca Comercial (emprestando dinheiro a estas a uma taxa de juro mais acessível) e assim o acesso ao crédito pelas empresas será facilitado.



Castro Almeida sublinhou que o acesso aos Fundos nos próximos anos vai ser muito mais fácil, considerando que existe apenas um único portal de entrada de candidaturas e de toda a informação pertinente e sempre actualizada e disponível para consulta em [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)



Anunciou a celeridade nos processos de decisão e comunicação, estando as entidades obrigadas a analisar as candidaturas em 60 dias e 45 dias para processar os Pedidos de Pagamentos. Avisando que as entidades que não forem cumpridoras serão substituídas.



Em resposta a uma questão colocada por um participante no evento, Castro Almeida frisou que Portugal não irá devolver dinheiro a Bruxelas, enaltecendo o desempenho de Portugal comparativamente com os restantes países europeus, uma vez que apresenta uma elevada taxa de execução.

Anunciou, também, que é objectivo do Governo em 2015 executar 5% dos Fundos do Portugal 2020, lembrando que são 14 os Programas Operacionais do Portugal 2020.

Castro Almeida concluiu a sua intervenção, salientando a importância de ter de se apostar no investimento pois é ele que gera emprego e riqueza.

Segundo **Fernando Alfaiate**, Responsável da Área Empresas e Inovação do COMPETE "Estamos numa fase de início de ciclo de execução de um orçamento da UE para o período de 2014-2020, que funciona como instrumento financeiro da política da UE."



Fernando Alfaiate



No caso de Portugal são consideradas regiões menos desenvolvidas (PIB per capita inferior a 75% da média da UE27) o Norte, Centro, Alentejo e Açores, regiões de transição desenvolvidas (PIB per capita superior ou igual a 75% e inferior a 90% da média da UE27) o Algarve e regiões mais desenvolvidas (PIB per capita superior ou igual a 90% da média da UE27) Lisboa e Madeira.

A Política de Coesão é financiada por três fundos, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, impondo que as regiões nos Estados Membros direccionem os investimentos para 4 áreas fundamentais, igual premissa utilizada pelo Portugal 2020, com vista ao crescimento económico e à criação de emprego, investir em investigação e inovação (I&I), tecnologias da informação e da comunicação (TIC), aumento da competitividade das PME e apoio à transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono.

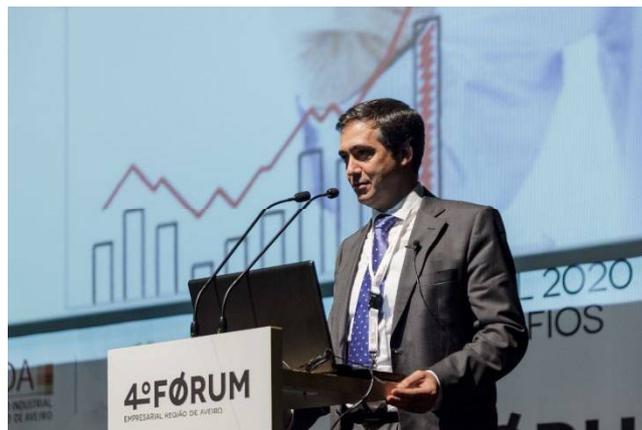




A Europa está a atrasar-se em relação aos seus principais concorrentes globais. Os gastos com a I&D apenas representaram pouco mais de 2 % do PIB da Europa em 2011. Este número é bastante inferior ao da Coreia do Sul, ao dos EUA e ao do Japão, com a China a registar um rápido crescimento do investimento na I&D.

No caso de Portugal verifica-se uma evolução positiva do volume de actividades em I&D desenvolvidas ao longo dos últimos anos, contudo e face à maioria dos seus congéneres europeus é ainda insuficiente o investimento neste tipo de actividades.

Fernando Alfaiate afirmou que, ao nível do Portugal 2020, é necessário ser efectuado um reforço da infraestrutura de I&I e da capacidade de desenvolvimento da excelência; deverá haver um aumento do investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as restantes entidades do sistema de I&I e promovendo o aumento das actividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseado na inovação.



É igualmente necessário reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (clusterização), bem como aumentar o investimento empresarial em actividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a alteração do perfil produtivo do tecido económico.

Aproveitou para referir igualmente que uma parte substancial do apoio às PME por parte do FEDER será atribuído a empresas em fase de arranque e novos modelos de negócios a operar no sector das TIC.

Fernando Alfaiate referiu também a importância que o Portugal 2020 dá na prossecução dos objectivos climáticos e energéticos objectivando a redução da dependência energética através nomeadamente do investimento na produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis, promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.



Aquando do debate, **Isabel Damasceno**, representante da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, referiu haver uma aceitação da sociedade em geral quanto ao novo destino dos fundos, de acordo com um novo paradigma.



*Isabel Damasceno*



“Os municípios estão conscientes que o crescimento da riqueza está dependente do investimento privado. Porém, isto não significa que não possam ter um papel activo, nomeadamente, como “agentes facilitadores” dos projectos das empresas em parceria com os centros de investigação e universidades, comunidades intermunicipais.”



*Manuel Assunção*



**Manuel Assunção**, Reitor da Universidade de Aveiro, afirmou que a UA trabalha em parceria com muitas entidades e empresas, exemplo disso é o trabalho desenvolvido com a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, permitindo “pensar a região com ela própria.”



Afirmou haver muito trabalho feito mas é necessária a existência de instrumentos que obriguem a ir mais longe.

Já **Paula Roque**, Membro do Conselho de Gerência da REVIGRÉS, salientou a importância do sector da cerâmica, 3º sector com maior taxa de cobertura das importações pelas exportações (7x mais), com um saldo positivo da balança comercial, 8º lugar no ranking de 99 categorias do comércio internacional.

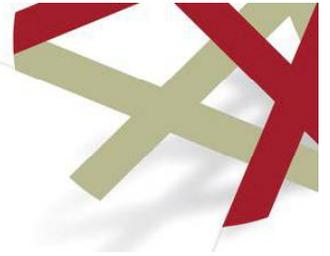


Paula Roque



Afirmou que no subsector revestimentos e pavimentos cerâmicos, Portugal está a nível mundial no 24º lugar como produtor e 5º como exportador.

No ranking da União Europeia, Portugal ocupa a 5ª posição como produtor e a 4ª posição como exportador.



Salientou que, desde o início, a Revigrés tem assumido uma posição pioneira no investimento nas melhores tecnologias disponíveis tendo, em 2001, feito um investimento em novas unidades fabris para a produção do porcelanato, equipadas com a tecnologia mais avançada a nível mundial e recentemente reestruturou o *layout* e optimização da capacidade produtiva da fábrica, aumentou a flexibilidade de produção; investiu numa linha de produção de grandes formatos; e procedeu à montagem de duas novas linhas de acabamento para rectificação e polimento.

Na conclusão dos trabalhos **Ribau Esteves**, Presidente da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e da Oceano XXI, valorizou o cluster do mar e defendeu a valorização dos portos e das ligações ferroviárias numa lógica de complementaridade entre infraestruturas.



Ribau Esteves



Salientou a importância de Portugal na Aliança Atlântica e a necessidade de apostar na diplomacia política, económica e financeira de forma a obter capacidade de explorar as potencialidades do mar e trabalhar em parceria com outros países considerando que,



em termos de recursos humanos qualificados para algumas áreas relacionadas com o mar, ainda não dispomos de conhecimento suficiente.



Encerrando os trabalhos, o Presidente da Direcção da AIDA, Fernando Castro, afirmou que a realização deste fórum é “o sentimento de missão cumprida – promover a coesão dos empresários e dar a conhecer as ferramentas que têm ao seu dispor”.

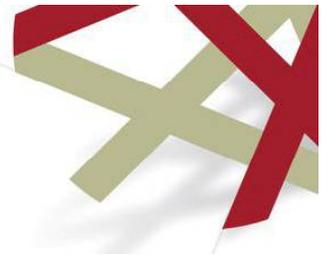
Fernando Castro reafirmou “A AIDA continuará a desempenhar a sua acção junto dos empresários e para os empresários, pois eles são o seu único partido, a sua única bandeira, convicta que está de que é para isso que serve o associativismo e de que Portugal pode ter futuro com os nossos empresários”.





O 4º Fórum Empresarial da Região de Aveiro contemplou, uma vez mais, dois **MOMENTOS DE NETWORKING** propiciando aos empresários participantes otimizar os momentos do almoço e final do dia para trocar experiências e contactos.





**AGRADECIMENTO:**

Não poderia deixar de ser feita uma referência particular ao conjunto notável de **Patrocinadores, Entidades Apoiantes e Media Partners**, que infra de se elencam, por terem acreditado na importância da iniciativa e no dinamismo do tecido empresarial da Região de Aveiro.



PARCEIRO



PATROCINIOS



ENTIDADES APOIANTES



MEDIA PARTNERS NACIONAIS



MEDIA PARTNERS REGIONAIS

